

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

GABARITO OFICIAL

CFO/2018 PROVA “B”

Edital DRH/CRS n. 12/2017, de 04 de outubro de 2017

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D

21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2018.

(a) CARLA CRISTINA MARAFELLI, TEN-CEL PM
Chefe do Centro de Recrutamento e Seleção



**CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE
OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, PARA O ANO DE 2018.**

CFO/2018 – PROVA TIPO “B”

(Edital DRH/CRS n. 12/2017, de 04 de outubro de 2017).

Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Direito Penal Militar, Direito Penal, Direito Processual Penal Militar, Direito Processual Penal, Direito Administrativo e Legislação Extravagante e Institucional.

NOME: _____.

CPF: _____ **IDENTIDADE:** _____.

ESCOLA: _____ **SALA:** _____.

CIDADE PROVA: _____ **DATA: 04/02/2018.**

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Prova sem consulta.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta.
5. Responda as questões e marque a opção na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização das provas de conhecimentos (objetiva e dissertativa) será de 4 (quatro) horas, assim distribuídas: a) das 08:30 às 11:30 horas: resolução da prova objetiva e o preenchimento da folha de respostas; b) das 11:30 às 12:30 horas: confecção da redação.
8. É proibido o porte, a posse de aparelhos e equipamentos eletrônicos, telefones celulares, computadores, relógios de qualquer tipo alarmes de veículos e similares.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, depois de transcorrido o tempo mínimo de 1h, e devidamente acompanhados.
10. Ao final, entregue ao aplicador a folha de redação, e o caderno de provas, devidamente preenchidos, conferidos e assinados.

LÍNGUA PORTUGUESA

O futuro da educação começa agora

Você, com certeza, já se pegou perguntando, em tom de curiosidade, para onde as mudanças desse mundo vão nos levar e qual será o destino das próximas gerações. Todos nós, ao lançar os olhos para o horizonte, questionamos qual o melhor caminho para o futuro. Uma coisa é certa: para chegar bem ao destino final é preciso enxergar a educação como uma das principais ferramentas de transformação do mundo.

Aprender deve ser o ponto de partida de qualquer pessoa que busca realização e sucesso numa sociedade cada vez mais exigente e dinâmica. O desafio atual é garantir que o processo de aprendizagem seja mais efetivo, até porque educar não significa apenas transmitir conhecimento. Escola e professores devem servir como um guia norteador que levam o aluno ao aprimoramento de suas capacidades intelectuais, sociais e políticas, promovendo assim o desenvolvimento humano. E a evolução da educação deve seguir o princípio de que o aprendizado é construído a partir da realidade do aluno. O interacionismo valoriza a bagagem que cada indivíduo traz de seu cotidiano e, a partir da percepção da realidade que ele já possui, estimula a busca do conhecimento. O processo educativo torna-se mais dinâmico, mais amplo e mais adequado ao mundo atual.

No conceito do interacionismo, não é possível oferecer ao aluno a aprendizagem de conteúdos conceituais sem considerar seus modos de agir e pensar, suas crenças e valores. O que nos leva a concluir que não há separação entre vida e educação. E, ainda, se enxergarmos para além da figura de cada aluno, a importância da formação do cidadão, vemos que é preciso prepará-lo para muito além do vestibular e ingresso em uma faculdade. Vencida a etapa do Ensino Superior, existe uma vida inteira a ser vivida, e, quanto mais preparados estiverem, mais condições esses futuros cidadãos terão de corresponder às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, podendo contribuir significativamente no processo de transformação do mundo.

Diante de tão complexos desafios, o perfil do profissional da educação foi profundamente alterado. Hoje, o professor deixou para trás a função de mero transmissor de conhecimentos para se tornar um orientador, um estimulador que leva os alunos a construir seus conceitos, valores e habilidades. Novas linguagens e ferramentas tecnológicas ajudam o educador nesse processo ao aproximar a escola do mundo do aluno. O mundo digital e as redes sociais ganharam tanta relevância no processo de ensino a ponto de educadores passarem a atuar como mediadores, gerenciando conteúdos e ferramentas a fim de melhor orientar seus alunos na hora de consumir informação.

Nossa sociedade exige mudanças que atendam às suas necessidades. O ser humano que se formava anos atrás certamente será muito diferente daquele que sairá da escola ou da universidade nas gerações futuras. Durante muito tempo, esperava-se do indivíduo que ele apenas reproduzisse aquilo que ouviu e aprendeu. Hoje, é necessário educar pessoas para que se transformem em cidadãos com senso crítico e capacidade de interagir com o cotidiano a sua volta. É por isso, e para isso, que especialistas na arte de ensinar avançam firmes e confiantes rumo ao futuro, formando profissionais para profissões que ainda não existem e cidadãos para um mundo melhor.

DOS SANTOS, Emerson. O futuro da educação começa agora. **Campo Grande News**, Mato Grosso do Sul, 25 maio 2017.

Disponível em: <<http://www.jornaldosudoeste.com/colunista/Emerson/o-futuro-da-educacao-comeca-agora>> Acesso em: 13 nov. 2017.

INTERPRETAÇÃO DO TEXTO

1ª QUESTÃO – Atente para as seguintes afirmativas:

- I. Ensinar hoje significa desenvolver as capacidades intelectuais, sociais e políticas dos alunos para o desenvolvimento humano deles, e isso deve ocorrer intramuros, dentro da realidade da escola.
- II. A interação dos alunos com o mundo digital e as redes sociais, por si só, já oferece condições para que eles superem a uniformidade dos conteúdos apresentados na escola.
- III. A escola deve se aproximar do mundo do aluno, com vistas a interferir na realidade dele e assim direcioná-lo para um futuro melhor.
- IV. Educar pessoas para o futuro significa desenvolver sua capacidade de lidar com a realidade atual de forma que contribuam para a transformação da vida em sociedade.
- V. O interacionismo valoriza os conhecimentos anteriores das pessoas e por isso o processo educativo se torna mais eficiente e eficaz para a realidade atual.

Em relação ao texto, são **CORRETAS** as assertivas:

- A. () IV e V, apenas.
- B. () I, II e III, apenas.
- C. () I, IV e V, apenas.
- D. () III e IV, apenas.

2ª QUESTÃO – De acordo com o texto, assinale a alternativa **INCORRETA** em relação às características do professor, nos dias atuais.

- A. () Mediário quanto ao consumo de informação.
- B. () Instigador na busca do conhecimento.
- C. () Exímio transmissor de conhecimento.
- D. () Interacionista em relação à realidade do aluno.

3ª QUESTÃO – De acordo com o 2º e 3º parágrafos do texto, é **CORRETO** afirmar que:

- A. () O aluno deve se preparar para o vestibular e ingresso em uma faculdade, e assim garantir seu futuro.
- B. () A aquisição de conhecimento é um processo construído pelo indivíduo durante toda a sua vida.
- C. () O aprendizado deve ser construído a partir dos interesses da escola e do mundo atual.
- D. () A escola como transmissora de conhecimento tem a incumbência de desenvolver o senso crítico do aluno.

GRAMÁTICA

4ª QUESTÃO – No período “O mundo digital e as redes sociais ganharam tanta relevância no processo de ensino a ponto de educadores passarem a atuar como mediadores, gerenciando conteúdos [...]”, os verbos “passaram a atuar” formam uma locução verbal.

Considerando os períodos abaixo apresentados, marque a alternativa **CORRETA** em que os termos grifados formam também uma locução verbal:

- A. () Alunos e professores têm sido influenciados pelo mundo digital.
- B. () Hávamos estudado muito para o ENEM/2017.
- C. () Temos aprendido a lidar com a realidade do nosso cotidiano.
- D. () O professor está atuando como mediador nas redes sociais.

5ª QUESTÃO – Observe as palavras destacadas nas orações abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:

“[...] as mudanças desse mundo vão nos levar e qual será o destino das próximas gerações.”

“Aprender deve ser o ponto de partida de qualquer pessoa que busca realização [...]”.

“O interacionismo valoriza a bagagem que cada indivíduo traz de seu cotidiano [...]”.

De acordo com a Linguística, as palavras que reúnem vários significados são consideradas:

- A. () Homônimas.
- B. () Polissêmicas.
- C. () Sinônimas.
- D. () Antônimas.

DIREITO PENAL

6ª QUESTÃO – Analise as assertivas abaixo em relação ao **Decreto-Lei n. 2.848/40 (Código Penal Brasileiro)**:

- I. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- II. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- III. O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- IV. O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () I, II e III, apenas.
- B. () I, e IV, apenas.
- C. () Todas estão corretas.
- D. () III e IV, apenas.

7ª QUESTÃO – Marque a alternativa **CORRETA** em relação ao **Código Penal Brasileiro**:

- A. () É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto, era, ao tempo da ação ou da omissão, parcialmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.
- B. () Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- C. () O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui a culpa, mas permite a punição por crime doloso, se previsto em lei.
- D. () Quem, de qualquer modo, concorre para o crime responde por culpa, na medida de sua imputabilidade.

8ª QUESTÃO – Marque a alternativa **CORRETA** acerca das espécies de penas previstas no **Código Penal Brasileiro**:

- A. () Privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa.
- B. () Privativas de liberdade, restritivas de direitos e de morte.
- C. () Restritivas de direito, privativas de liberdade e suspensão condicional da pena.
- D. () Restritivas de direito, de multa e suspensão condicional do processo.

9ª QUESTÃO – Marque a alternativa **INCORRETA** em relação ao **crime de homicídio**, previsto no **art. 121 do Código Penal Brasileiro**:

- A. () Se o agente comete o crime de homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço).
- B. () Motivo fútil e emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum são qualificadoras deste crime.
- C. () A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a 1/2 (metade) se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.
- D. () Em se tratando de homicídio culposo, o juiz em hipótese alguma poderá deixar de aplicar a pena, mesmo se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

10ª QUESTÃO – Analise as assertivas abaixo previstas no **Código Penal Brasileiro** acerca dos crimes contra o patrimônio:

- I. Para o crime de furto, equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.
- II. O indivíduo que constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, comete o crime de roubo previsto no Código Penal.
- III. Para o crime de extorsão, se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa extorquida, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), ou aplicar somente a pena de multa.
- IV. Aquele que destrói, inutiliza ou deteriora coisa alheia comete o crime de Apropriação Indébita previsto no Código Penal.

Está (ão) **CORRETAS** a(s) assertiva(s):

- A. () II e III, apenas.
- B. () I, apenas.
- C. () I, II e IV, apenas.
- D. () I e III, apenas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11ª QUESTÃO – “Os poderes administrativos são os meios ou instrumentos jurídicos através dos quais a Administração Pública (as entidades administrativas, os órgãos e os agentes públicos) exerce a atividade administrativa na gestão dos interesses coletivos.”

Sobre os poderes administrativos analise os itens a seguir e ao final marque a alternativa **CORRETA**:

- I. Embora o vocábulo “poder” dê a impressão de que se trata de faculdade da Administração, na realidade trata-se de poder-dever.
- II. O desvio de poder ou o excesso do poder são formas de abuso de poder.
- III. O poder de polícia pode apresentar um sentido negativo, na medida em que o Poder Público, de regra, não pretende uma atuação do particular. Nesse caso, a administração pública pretende, sim, uma abstenção do particular.
- IV. O Poder disciplinar como sendo uma espécie de poder administrativo, é aquele que confere à Administração Pública a capacidade de ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas no âmbito interno da Administração.
- V. O Poder regulamentar é privativo do poder legislativo.

- A. () Há apenas dois itens corretos.
- B. () Há apenas um item incorreto.
- C. () Todos os itens são corretos.
- D. () Há apenas três itens corretos.

12ª QUESTÃO – “No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”. A afirmativa se refere ao conceito de:

- A. () Ocupação temporária.
- B. () Desapropriação.
- C. () Requisição.
- D. () Tombamento.

13ª QUESTÃO – Marque a alternativa **CORRETA**. Nos termos da **Lei n. 8.666/93**, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, a rescisão do contrato administrativo poderá:

- A. () Ocorrer por ato informal unilateral da Administração, em qualquer caso.
- B. () Acarretar, a depender do caso, na ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade.
- C. () Ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que o objeto da avença seja inferior a R\$8.000,00 (oito mil reais).
- D. () Ocorrer somente pela via judicial.

14ª QUESTÃO – A respeito dos atos administrativos, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. () O ato administrativo é perfeito quando esgotadas as fases necessárias à sua produção. Perfeição, pois, é a situação do ato cujo processo de formação está concluído.
- B. () O ato administrativo é válido quando foi expedido em absoluta conformidade com as exigências do sistema normativo, ou seja, é a adequação do ato às exigências normativas.
- C. () A necessidade da Administração Pública contratar com o particular decorre dos chamados atos de império.
- D. () Uma vez enunciados pelo agente os motivos em que se calçou, ainda quando a lei não haja expressamente imposto a obrigação de enunciá-los, o ato só será válido se estes realmente ocorreram e o justificavam. A afirmativa trata-se da chamada “teoria dos motivos determinantes”.

15ª QUESTÃO – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () A licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pela qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais, o exercício de uma atividade. Como exemplo pode ser citado a concessão de porte de arma de fogo de calibre permitido.
- B. () São aplicáveis na licitação, dentre outros, os princípios da adjudicação compulsória, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e da impessoalidade.
- C. () São modalidades de licitação previstas na legislação nacional: convite, concurso, pregão e leilão.
- D. () Enquanto pela tutela a Administração exerce controle sobre outra pessoa jurídica por ela mesma instituída, pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

16ª QUESTÃO – Segundo Coimbra Neves (2014), “o inquérito policial militar é procedimento administrativo de polícia judiciária militar que materializa, por seus autos, as diligências e provas produzidas na busca da demonstração de ocorrência ou não de um crime militar, com indicação, se for o caso, de sua autoria. Todos os crimes militares, à exceção dos crimes de deserção e de insubmissão, em regra apurados por procedimentos próprios, pode ser objeto de apuração pelo inquérito policial militar”.

Nos termos do **Código de Processo Penal Militar, Decreto-lei n. 1.002/69 (CPPM)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Obedecidas as normas regulamentares de jurisdição, hierarquia e comando, as atribuições de polícia judiciária militar somente poderão ser delegadas a oficiais da ativa, da reserva ou reformado para fins especificados e por tempo ilimitado.
- B. () Não sendo possível a designação de oficial de posto superior ao do indiciado para o exercício de polícia judiciária militar, poderá ser feita a de oficial do mesmo posto, desde que mais antigo, prevalecendo a regra em apreço se o indiciado é oficial da reserva ou reformado.
- C. () O inquérito policial militar é a apuração provisória de autoria de crime militar. Tem o caráter de instrução precária, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos probatórios necessários à persecução criminal e de uma condenação judicial eficaz.
- D. () A designação de escrivão para o inquérito policial militar caberá ao respectivo encarregado, se não tiver sido feita pela autoridade que lhe deu delegação para aquele fim, recaindo em segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado for oficial, e em sargento, subtenente ou suboficial, nos demais casos.

17ª QUESTÃO – Segundo Luiz Flávio Gomes (2014), “a natureza do inquérito policial, entretanto, é dada por expressiva parcela da doutrina em função do que ele representa para o processo criminal ou para o órgão da acusação. Desta forma, costuma ser apresentado como procedimento administrativo pré-processual, instrução provisória, preparatória e informativa”.

Nas assertivas a seguir, marque ‘**V**’ se for verdadeira ou ‘**F**’ se for falsa, nos termos do **Código de Processo Penal Militar (CPPM)**. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas **CORRETA** na ordem de cima para baixo.

- () Para verificar a possibilidade de haver sido a infração praticada de determinado modo, o encarregado do inquérito poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública, nem atente contra a hierarquia ou a disciplina militar.
- () O inquérito é reservado, mas seu encarregado pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado, o assistente de acusação e o indiciado.
- () Independentemente de flagrante delito, o indiciado não poderá ficar detido, durante as investigações policiais em fatos definidos como crime propriamente ou impropriamente militar.
- () As testemunhas e o indiciado, exceto caso de urgência inadiável, que constará da respectiva assentada, devem ser ouvidos durante o dia, em período que medeie entre as sete e as dezoito horas.

- A. () F, V, V, V.
- B. () V, F, F, V.
- C. () V, F, V, F.
- D. () V, V, F, V.

18ª QUESTÃO – Acerca das disposições constantes no **Código de Processo Penal Militar (CPPM)**, analise as afirmativas abaixo.

- I. No caso de ter sido delegada a atribuição para a abertura do inquérito, o seu encarregado enviá-lo-á à autoridade militar de que recebeu a delegação, para que lhe homologue a solução, aplicando a penalidade disciplinar, se for o caso, e arquivando o mesmo em caso de inexistência de infração penal militar.
- II. O inquérito policial militar deverá terminar dentro em 20 (vinte) dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de 40 (quarenta) dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito, podendo ser este prazo prorrogado por mais 20 (vinte) dias pela autoridade militar superior, desde que não estejam concluídos exames ou perícias já iniciados, ou haja necessidade de diligência, indispensáveis à elucidação do fato.
- III. Em se tratando da apuração de fato delituoso de excepcional importância ou de difícil elucidação, o encarregado do IPM deverá solicitar do procurador-geral a indicação de um representante do Ministério Público, bem como um defensor público da Defensoria Pública para que lhe dê assistência.
- IV. Se, por si só, for suficiente para a elucidação do fato e sua autoria, o auto de flagrante delito constituirá o inquérito, dispensando outras diligências, salvo o exame de corpo de delito no crime que deixe vestígios, a identificação da coisa e a sua avaliação, quando o seu valor influir na aplicação da pena. A remessa dos autos, com breve relatório da autoridade policial militar, far-se-á sem demora ao juiz competente.

São **INCORRETAS** as assertivas:

- A. () I, II e IV, apenas.
- B. () II e III, apenas.
- C. () I e III, apenas.
- D. () Todas estão incorretas.

19ª QUESTÃO – A **Resolução n.168/16-TJMMG**, regulamentou a realização de audiência de custódia, no âmbito da Justiça Militar de primeira instância do Estado de Minas Gerais. Com base na resolução, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Havendo declaração do militar preso em flagrante delito de que foi vítima de tortura e maus tratos ou entendimento da autoridade judicial de que há indícios da prática de tortura, será determinado o registro das informações, adotadas as providências cabíveis para a investigação da denúncia e preservação da segurança física e psicológica da vítima, que será encaminhada para atendimento médico e psicossocial especializado.
- B. () O militar preso, independentemente da motivação ou natureza do ato, será imediatamente apresentado à autoridade judicial competente para ser ouvido sobre as circunstâncias em que se realizou a sua prisão em flagrante.
- C. () Antes da apresentação do militar preso ao juiz, será assegurado seu atendimento prévio e reservado pelo defensor público, com a presença dos responsáveis por sua prisão, sendo esclarecidos por servidor designado os motivos, fundamentos e ritos que versam sobre a audiência de custódia.
- D. () Se o militar preso em flagrante constituir advogado até o término da lavratura do auto de prisão, a autoridade de polícia judiciária militar poderá notificá-lo para que compareça, imediatamente, à audiência de custódia.

20ª QUESTÃO – Acerca de nulidades, Coimbra Neves (2014) esclarece que “do texto da lei processual penal militar podem ser extraídos vetores para a aplicação do sistema das nulidades, os quais informam esse sistema e que devem ser conhecidos para a escoreita aplicação da lei adjetiva castrense. Esses vetores constituem-se em princípios enumerados pela doutrina, alguns de forma isolada, ou seja, cada vetor corresponderá a um princípio, outros de forma composta, quando um princípio será composto por dois ou mais dos vetores apresentados”.

Acerca das disposições constantes no **Código de Processo Penal Militar (CPPM)**, analise as afirmativas abaixo.

- I. A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la. O juiz ordenará, todavia, a suspensão ou adiamento do ato, quando reconhecer que a irregularidade poderá prejudicar o direito da parte.
- II. A incompetência do juízo anula todos os atos do processo, devendo este, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
- III. Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- IV. A sentença proferida pelo Conselho de Justiça, Especial ou Permanente, com juiz militar irregularmente investido, impedido ou suspeito, não anula o processo.

São **INCORRETAS** as assertivas:

- A. () I e IV, apenas
- B. () II e III, apenas.
- C. () II e IV, apenas.
- D. () Todas estão incorretas.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E INSTITUCIONAL

21ª QUESTÃO – Sobre a execução das sanções disciplinares, de acordo com a **Lei Estadual n. 14.310/02, Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM)**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () O militar suspenso não perderá as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo, encargo ou função.
- B. () Não poderá ser reformado disciplinarmente o militar que estiver indiciado em inquérito ou submetido a processo criminal.
- C. () A prestação de serviço consiste na atribuição ao militar de tarefa, preferencialmente de natureza operacional, fora de sua jornada habitual, correspondente a um turno de serviço semanal, que não exceda a oito horas, sem remuneração extra.
- D. () A repreensão consiste em uma admoestação verbal ao transgressor.

22ª QUESTÃO – A **Lei n. 7.716/89** define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Assim, marque a alternativa **CORRETA** que contém um crime descrito na referida lei:

- A. () Impedir o acesso ou recusar hospedagem em residência, hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar.
- B. () Praticar, induzir, incitar ou planejar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
- C. () Utilizar elementos de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional como forma de ofensa à dignidade.
- D. () Impedir o acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades.

23ª QUESTÃO – Nos termos da **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. () Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
- B. () Ninguém será privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.
- C. () No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.
- D. () Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

24ª QUESTÃO – Marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Nos termos da Lei n. 10.826/03, Estatuto do Desarmamento, constitui o crime de porte irregular de arma de fogo de uso permitido, a conduta de possuir, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.
- B. () A Lei n. 9.807/99, ao tratar da proteção especial a vítimas e a testemunhas, e prever que o Delegado de Polícia poderá encaminhar, ao órgão executor, solicitação de ingresso de pessoa no programa, não autorizou, conseqüentemente, que tal providência possa ser adotada pela autoridade policial-militar na condução do Inquérito Policial Militar.
- C. () A condenação pelos crimes de tortura, bem como pelos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, acarretará a perda do cargo, função ou emprego público – o chamado efeito automático da condenação.
- D. () A Lei n. 12.527/11, Lei de Acesso à Informação, estabelece que o pedido de acesso à informação deve conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida, contudo, veda quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

25ª QUESTÃO – De acordo com a **Lei n. 8.072/90, que dispõe sobre os crimes hediondos**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () São hediondos os crimes de homicídio doloso quando praticado em autoridade típica de grupo de extermínio, de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e de lesão corporal seguida de morte, previstos no Código Penal, quando praticados contra sobrinho de policial militar, em razão dessa condição.
- B. () Constitui crime hediondo a corrupção, adulteração, falsificação ou alteração de substância ou produto alimentício destinado a consumo, tornando-o nocivo à saúde ou reduzindo-lhe o valor nutritivo.
- C. () A pena por crime hediondo ou equiparado será cumprida inicialmente em regime fechado e a progressão de regime, dar-se-á após o cumprimento de 3/5 (três quintos) da pena.
- D. () Os crimes de roubo, extorsão e extorsão mediante sequestro, previstos no Código Penal, são considerados hediondos, somente se ocorrer o resultado morte.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26ª QUESTÃO – A respeito das responsabilidades do Presidente da República previstas na **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A.() O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- B.() Admitida a acusação contra o Presidente da República, por 1/3 (um terço) do Congresso Nacional, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade.
- C.() Se, decorrido o prazo de seis meses, e o recebimento da denúncia ou queixa-crime não estiver concluído, suspenderá o afastamento do Presidente e do processo.
- D.() Após a instauração do processo pelo Congresso Nacional, nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República estará sujeito a prisão.

27ª QUESTÃO – Marque a alternativa **CORRETA**, a respeito do Poder Constituinte estabelecido na **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

- A.() Constitui ação do Poder Derivado Reformador a autorização dada aos Estados-Membros na auto-organização e elaboração de suas Constituições.
- B.() A matéria constante de proposta de emenda rejeitada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa quando alterado o parlamentar responsável pela relatoria da emenda.
- C.() É uma limitação formal ao Poder Constituinte Derivado emendar a Constituição da República na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- D.() O Poder Constituinte Originário impôs, como limite material, ao Poder Constituinte Derivado, a alteração de matéria tendente a abolir: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

28ª QUESTÃO – Nos termos da **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, marque "V" para a(s) assertiva(s) verdadeira(s) e "F" para a(s) falsa(s) e, ao final, responda o que se pede.

- () O cargo de Ministro da Fazenda é privativo de brasileiro nato.
- () O referendo é uma das formas de exercer a soberania popular.
- () A idade mínima de vinte e cinco anos é uma das condições de elegibilidade para o Governador e Vice-Governador de Estado.
- () A autoridade competente poderá usar de propriedade particular, no caso de perigo público, desde que seja assegurada ao proprietário indenização anterior ao uso independente da ocorrência de dano.
- () A desapropriação por necessidade ou utilidade pública ocorrer mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.

Marque a alternativa que contém a sequência de resposta **CORRETA**, na ordem de cima para baixo:

- A. () F, F, V, V, F.
- B. () V, V, F, F, V.
- C. () F, V, F, F, V.
- D. () V, F, V, V, F.

29ª QUESTÃO – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição. De acordo com o processo legislativo estabelecido na **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () As leis que disponham sobre a organização do Ministério Público da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são de iniciativa privativa do Ministro da Justiça.
- B. () A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% (um por cento) do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de 0,3% (três décimos por cento) dos eleitores de cada um deles.
- C. () A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
- D. () A aprovação das leis complementares necessita de um quórum de aprovação por maioria qualificada de 1/3 (um terço) dos parlamentares.

30ª QUESTÃO – Quanto a Presidência e Vice-presidência da República estabelecidas na **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, marque “**V**” para a(s) assertiva(s) verdadeira(s) e “**F**” para a(s) falsa (s) e, ao final, responda o que se pede.

- () Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria relativa de votos, computados os votos branco e os nulos.
- () Se ocorrer a morte do candidato, antes de realizado o segundo turno, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.
- () Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado nulo.
- () Em caso de vacância dos cargos de Presidente e do Vice-Presidente serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.
- () O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Marque a alternativa que contém a sequência de resposta **CORRETA**, na ordem de cima para baixo.

- A. () F, F, V, V, F.
- B. () V, F, F, V, V.
- C. () F, V, F, F, V.
- D. () V, V, V, F, F.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31ª QUESTÃO – A audiência de custódia, estabelecida pela **Resolução n. 213-CNJ/2015**, tem como objetivos, dentre outros, permitir a “apreciação mais adequada e apropriada da prisão que se impôs, considerando a presença física do autuado em flagrante, a garantia do contraditório e a prévia entrevista pelo juiz da pessoa presa (...)” e o conhecimento de “possíveis casos de tortura”, prevenindo, com isso, “o ciclo da violência e da criminalidade, quando possibilita ao juiz analisar se está diante da prisão de um criminoso ocasional ou daqueles envolvidos com facções penitenciárias”, conforme expresso na página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça (acesso em 15 de novembro de 2017).

Com base na norma mencionada, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A comunicação da prisão em flagrante à autoridade judicial por meio do encaminhamento do auto de prisão em flagrante supre a apresentação pessoal da pessoa presa em flagrante delito à autoridade judicial competente.
- B. () Estando a pessoa presa em flagrante acometida de grave enfermidade, ou havendo circunstância comprovadamente excepcional que a impossibilite de ser apresentada ao juiz no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do flagrante, deverá ser assegurada a realização da audiência no local em que ela se encontre, nos casos em que o deslocamento se mostre inviável.
- C. () Durante a audiência de custódia, a autoridade judicial competente deve aproveitar a oportunidade para formular perguntas com a finalidade de produzir provas para a investigação ou ação penal relativas aos fatos objeto do auto de prisão em flagrante.
- D. () A audiência de custódia não é cabível para os casos de prisão de pessoas em decorrência de cumprimento de mandados de prisão cautelar ou definitiva, sendo medida prevista apenas para os casos de prisão em flagrante.

32ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-Lei n. 3.689/41**, sobre a ação penal, analise as assertivas abaixo:

- I. Nos crimes de ação pública condicionada à representação da vítima, o inquérito policial será dispensado pelo Ministério Público, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal.
- II. Nos crimes de ação pública, não é admitido o início de processo por queixa do ofendido.
- III. A retratação do ofendido nos crimes de ação pública condicionada à representação pode ser feita antes do oferecimento da denúncia do Ministério Público, a partir da qual a representação se torna irretratável.
- IV. A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o Auto de Prisão em Flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () I e IV, apenas.
- B. () II e III, apenas.
- C. () I, III e IV, apenas.
- D. () Todas as assertivas estão corretas.

33º QUESTÃO – De acordo com o **Código de Processo Penal**, a competência jurisdicional é determinada pelo lugar da infração, domicílio ou residência do réu, natureza da infração, distribuição, conexão ou continência, prevenção e pela prerrogativa de função. Marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () No processo por crimes praticados fora do território brasileiro, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado, salvo se este nunca tiver residido no Brasil.
- B. () A competência jurisdicional será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, porém, quando incerta a jurisdição por ter sido praticada a infração na divisa de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo local de residência do réu.
- C. () A competência será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- D. () A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, mesmo no caso de concurso entre a jurisdição comum e a militar.

34ª QUESTÃO – A **busca pessoal e domiciliar** trata-se de um meio de prova muito empregado na investigação policial para prender criminosos, apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos, apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos, apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso, descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu, apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, apreender pessoas vítimas de crimes e colher qualquer elemento de convicção. De acordo com o **Código de Processo Penal**, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Durante a execução da busca domiciliar, não será permitido o emprego de força contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura.
- B. () A busca não poderá ser determinada atendendo a requerimento das partes do processo.
- C. () Em razão da inviolabilidade do advogado, em nenhuma hipótese será permitida a apreensão de documentos em poder do defensor do acusado.
- D. () A busca pessoal em mulher poderá ser feita por pessoa do sexo masculino, quando a realização da medida por outra mulher importar retardamento ou prejuízo da diligência.

35ª QUESTÃO – Considerando o que dispõe o **Código de Processo Penal**, sobre as prisões e outras medidas cautelares, analise as assertivas abaixo:

- I. O cumprimento de mandado de prisão preventiva durante o curso da investigação ou do processo, no interior de casa, somente poderá ser feito durante o dia, salvo se houver consentimento do morador, ocasião em que poderá ser cumprido à noite.
- II. Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.
- III. A medida cautelar de comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades, é também aplicada à infração a que não for isolada, cumulativa ou alternativamente cominada pena privativa de liberdade.
- IV. A prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, quando o juiz verificar, pelas provas constantes dos autos, ter o agente praticado o fato em estrito cumprimento de dever legal.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () I, II e III, apenas.
- B. () I e II, apenas.
- C. () III e IV apenas.
- D. () Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO PENAL MILITAR

36ª QUESTÃO – Considerando o estabelecido no **Código Penal Militar (CPM)**, **Decreto-Lei n. 1.001/69**, acerca do lugar do crime, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.

- I. Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- II. Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.
- III. Aplica-se a teoria da atividade para os crimes comissivos e omissivos.
- IV. Aplica-se a teoria do resultado para os crimes comissivos e omissivos.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () Somente as assertivas I e II estão corretas.
- C. () Somente as assertivas II e III estão corretas.
- D. () Somente as assertivas I e IV estão corretas.

37ª QUESTÃO – Considerando o estabelecido no **Código Penal Militar (CPM)**, acerca do crime de supressão de documento (art. 316), complete as lacunas do texto abaixo e, a seguir, marque a alternativa que contém a sequência de palavras **CORRETA**:

Art. 316 - _____, suprimir ou _____, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento _____, de que não podia dispor, desde que o fato atente contra a _____ ou o serviço militar.

- A.() Destruir; ocultar; verdadeiro; administração.
- B.() Guardar; destruir; particular; autoridade.
- C.() Omitir; apropriar; verdadeiro; administração.
- D.() Destruir; ocultar; particular; autoridade.

38ª QUESTÃO – Marque a alternativa **CORRETA**. De acordo com o **Código Penal Militar (CPM)**, são crimes militares previstos contra o serviço e o dever militar:

- A. () Abandono de posto (art. 195 do CPM); descumprimento de missão (art. 196 do CPM); omissão de eficiência de força (art. 198 do CPM); omissão de socorro (art. 201 do CPM); e dormir em serviço (art. 203 do CPM).
- B. () Arrebatamento de preso ou internado (art. 181 do CPM); insubmissão (art.183 do CPM); deserção (art. 187 do CPM); embriaguez em serviço (art. 202 do CPM); e dormir em serviço (art. 203 do CPM).
- C. () Abuso de requisição de militar (art. 173 do CPM); violência contra inferior (art. 175 do CPM); ofensa aviltante a inferior (art. 176 do CPM); fuga de preso (art. 178 do CPM); e evasão de preso ou internado (art. 180 do CPM).
- D. () Omissão de providências para salvar comandados (art. 200 do CPM); omissão de socorro (art. 201 do CPM); dormir em serviço (art. 203 do CPM); abandono de pessoa (art. 212 do CPM); maus tratos (art. 213 CPM).

39ª QUESTÃO – Em relação às circunstâncias que sempre atenuam a pena, previstas no artigo 72 do **Código Penal Militar (CPM)** marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Ser o agente menor de dezoito ou maior de sessenta anos.
- B. () Ter o agente cometido o crime sob a influência de emoção, provocada por ato justo da vítima.
- C. () Ter o agente cometido o crime estando de serviço.
- D. () Ser meritório o comportamento anterior do agente.

40ª QUESTÃO - Marque a alternativa **CORRETA**. Segundo as prescrições do **Código Penal Militar (CPM)**, o crime que admite, no mesmo artigo, a modalidade dolosa e preterdolosa é:

- A. () Homicídio (art. 205 do CPM).
- B. () Omissão de providências para evitar danos (art. 199 do CPM).
- C. () Lesão corporal (art. 209 do CPM).
- D. () Incêndio (art. 268 do CPM).

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Leia os fragmentos do artigo "O ECA na Educação Infantil" para desenvolver a proposta de redação.

"[...]

Em 2017, o ECA completa 27 anos de existência e é imprescindível estudarmos e garantirmos o cumprimento desta Lei, utilizando-a como uma importante referência na luta pela garantia dos direitos de nossas crianças e adolescentes, dentro e fora da escola."

"[...] nós educamos em sociedade, pais, familiares, docentes, gestores, autoridades públicas, e profissionais de todas as áreas de atuação devem primar pela construção de um mundo mais justo e melhor para crianças e adolescentes."

[...]

"Mas a necessidade do estudo do ECA não se restringe apenas ao contexto da educação formal, isto é, que acontece intramuros escolares. Aprendemos que a educação pode ser informal (na família), não-formal (na comunidade, na sociedade em geral) e formal (dentro da escola)."

[...]

Texto de Aparecida Arrais Padilha – Pedagoga – Prefeitura de São Paulo – Professora Titular de Ensino Fundamental e de Educação Infantil, adaptado na versão disponível em: www.cartaeducacao.com.br

2. Redija um texto dissertativo-argumentativo em relação ao pensamento do Filósofo grego Pitágoras, disponível em: www.quemdisse.com.br: **"Eduquem as crianças e não será necessário castigar os homens."**

3. Em sua dissertação procure ter claro, antes de começar a escrever, o que você pensa sobre o assunto.

4. Escreva seu texto numa linguagem impessoal, defendendo sua ideia por meio de uma análise com argumentos sólidos e consistentes, não apenas "achando" alguma coisa sobre o assunto.

5. Um bom texto é aquele que requer leitura sem esforço, e não aquele de difícil compreensão – embora, com frequência, seja necessário um grande esforço da parte de quem escreve para conseguir tal efeito.

6. Respeite as regras gramaticais e ordene os pensamentos em uma sequência metódica e lógica, transformando-os em palavras claras e expressivas, evitando que o leitor tenha que se esforçar para decifrá-las.

7. **DÊ UM TÍTULO À SUA DISSERTAÇÃO**, escrevendo-o no local apropriado do impresso para a produção da redação.

8. Desenvolva a sua dissertação no máximo em 30 (trinta) linhas e no mínimo em 120 (cento e vinte) palavras.

9. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.

10. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

11. Você pode escrever com letra cursiva ou de fôrma. Qualquer que seja sua opção

DIFERENCIE AS LETRAS MAIÚSCULAS DAS MINÚSCULAS.

12. Será atribuída nota zero à redação:

a) cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;

b) que fuja da tipologia, tema e proposta da redação;

c) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do Português;

d) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;

e) cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor;

f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.

RASCUNHO

RASCUNHO

PROVA DE REDAÇÃO

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA DE REDAÇÃO

LEGENDAS

O = Ortografia; P = Pontuação; MS = Morfo-Sintaxe;
 C = Conteúdo;
 I - Pertinência ao tema proposto;
 II - Argumentação coerente das idéias e informatividade;
 III - Adequação do uso de articuladores;
 IV - Organização adequada de parágrafos;
 V - Propriedade vocabular.

PONTUAÇÃO

RESERVADO

0 0
 1 1
 2 2
 3 3
 4 4
 5 5
 6 6
 7 7
 8 8
 9 9
 10

PONTOS: 20 20 20
 O P MS

IMPORTANTE: Faça letra legível

TEMA: _____
 TÍTULO: _____

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

RASCUNHO

ÁREA RESERVADA

CONTEÚDO (40 pts)	I	II	III	IV	V	TOTAL 2
----------------------	---	----	-----	----	---	---------

Parcial
TOTAL1

Assinatura do Aplicador da prova

Assinatura do Responsável pela correção

TOTAL DA REDAÇÃO
(TOTAL 1 + TOTAL 2)

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

-----corte aqui-----

RASCUNHO DO GABARITO – PROVA TIPO "B"

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40